

# Anexo XII

Critérios de realojamento da CML

## CRITÉRIOS GERAIS DE REALOJAMENTO

INFORMAÇÃO N.º 119/DGSPH/00

*As técnicas  
para a elaboração  
da actuação em conformidade  
com os critérios apontados  
em 07.12  
na reunião*

### CAPÍTULO I

*Concluído  
15.12.00  
[assinatura]*

#### DIREITO A REALOJAMENTO

##### 1.º

Têm direito a realojamento todas as pessoas que, cumulativamente, se encontrem recenseadas no PIMP ( Plano de Intervenção a Médio Prazo ) ou no PER ( Programa Especial de Realojamento ), residam no respectivo alojamento, igualmente recenseado, e não possuam alternativa habitacional, nos termos previstos no Despacho n.º 88/P/96, de 30 de Abril .

##### 2.º

São, igualmente, considerados com direito a realojamento os indivíduos que, embora, não se encontrem recenseados como residentes em determinado alojamento, aí residam, com carácter de permanência, e desde que a sua inclusão no agregado familiar resulte do crescimento natural da família ( nascimento / casamento ).

##### 3.º

Excepcionalmente, serão realojados os indivíduos que, embora, não se encontrem recenseados, façam prova inequívoca, nomeadamente, documental, de que residiam, efectiva e permanentemente, no alojamento à data do recenseamento.

## CAPÍTULO II

### AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

#### 1.º

Aos cidadãos estrangeiros recenseados no PIMP ou no PER, cujo documento de autorização de residência em Portugal tenha caducado, é concedida uma autorização de permanência, com direito a quarto, caso exibam documento comprovativo do pedido de revalidação da referida autorização de residência.

#### 2.º

Aos cidadãos estrangeiros que, embora recenseados no PIMP ou no PER, não apresentem, à data do realojamento, documentos que comprovem que a sua situação de residência em Portugal está regularizada, é concedida uma autorização de permanência, pelo prazo de um ano, sem direito a quarto.

#### 3.º

As situações acima descritas serão, posteriormente, reanalisadas pela DGSBM ou pela GEBALIS, com vista à inclusão ou à exclusão destas pessoas relativamente ao agregado autorizado a residir, conforme venham a ter ou não a sua situação de residência regularizada.

#### 4.º

Aos indivíduos recenseados que residam, em regime de rotatividade, (idosos e crianças) é concedida uma autorização de permanência, sem direito a quarto.

#### 5.º

Aos idosos não abrangidos pelos n.ºs 1º, 2º, e 3º do Capítulo I que façam prova da sua residência permanente no alojamento por um período superior a um ano é concedida uma autorização de permanência, sem direito a quarto.

Caso se prove que da não atribuição de um quarto resulta uma situação muito prejudicial para o agregado familiar ( ex.: idoso doente e/ou acamado ) será proposta, excepcionalmente, a inclusão destes idosos no respectivo agregado familiar, com direito a tipologia.

## CAPÍTULO III

### CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE TIPOLOGIA

#### 1.º

A tipologia do fogo a atribuir é definida em função do agregado com direito a realojamento.

#### 2.º

Os quartos não deverão ser ocupados por mais de duas pessoas.

#### 3.º

Sempre que o agregado familiar não se adapte às tipologias disponíveis e não seja passível de desdobramento, poderá, excepcionalmente, atribuir-se um quarto para três pessoas.

#### 4.º

No caso de doença grave ou deficiência grave e permanente, comprovada por declaração médica, será, excepcionalmente, atribuído um quarto separado ao deficiente / doente.

#### 5.º

#### Exemplos de atribuição de tipologia :

##### *Tipologia 1:*

- Isolados ;
- Isolado e outro elemento com autorização de permanência, sem direito a quarto ;
- Casal sem filhos ;

Excepção : Só serão atribuídos fogos de tipologia 2 a casais quando haja insuficiência de tipologia 1, mediante proposta que tem de ser aprovada superiormente.

*Tipologia 2:*

- Casal ( excepcionalmente );
- Casal + 1 filho (a);
- Casal + 2 filhos do mesmo sexo;

*Tipologia 3:*

- Casal + 1 filho + 1 filha;
- Casal + 3 filhos (as);
- Casal + 2 filhos + 2 filhas;
- Progenitor + 1 filho + 1 filha;
- Progenitor + 3 filhos(as);
- Progenitor + 2 filhos + 2 filhas;

*Tipologia 4:*

- Casal + 2 filhos(as) + 3 filhas(os);
- Casal + 4 filhos(as) + 2 filhas(os);

## CAPÍTULO IV

### DESDOBRAMENTOS

#### 1.º

Sempre que não existam fogos com tipologia adequada ao agregado com direito a realojamento e não se possa protelar o processo, poderá haver lugar a desdobramento de dois ou mais núcleos familiares, mediante despacho superior.

#### 2.º

Sem prejuízo da existência de fogos com tipologia adequada, poder-se-á, excepcionalmente, proceder ao desdobramento de um agregado quando:

- a) Os respectivos núcleos possuam autonomia habitacional e económica e bem assim já estivessem constituídos aquando do recenseamentos PIMP ou PER;

- b) No seu seio se vivenciam situações problemáticas graves, de carácter psicossocial, devidamente, comprovadas;

Estas situações deverão ser, devidamente, comprovadas ( fotografias do alojamento, relatórios, etc. ) e fundamentadas, carecendo sempre de despacho superior.

## **CAPÍTULO V**

### ***ATRIBUIÇÕES SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA***

#### **1.º**

A atribuição de um alojamento, sob condição resolutive, produz desde logo todos os seus efeitos, mas fica condicionada à verificação de uma condição. Caso esta se venha a verificar, aquela atribuição cessa, pelo que se deverá proceder à subsequente desocupação do agregado familiar em causa.

Caso aquela condição não se verifique, ou haja a certeza de que a mesma não se pode verificar, a referida atribuição consolida-se e deixa de estar sujeita a tal causa de resolução.

#### **2.º**

Nos situações em que esteja em causa atribuir a titularidade de um fogo municipal a um cidadão estrangeiro, cuja situação de residência em Portugal não esteja devidamente regularizada ( ou porque a anterior autorização de residência caducou ou porque não possua documentos que comprovem que tem a sua situação regularizada), a referida atribuição far-se-á, mediante condição resolutive, pelo período de um ano.

#### **3.º**

Encontrando-se pendente processo de divórcio em tribunal proceder-se-á ao realojamento de todo o agregado, sob condição resolutive, até decisão judicial relativa à atribuição da casa de morada de família.

- a) Caso o tribunal, a final, não se pronunciar sobre a matéria controvertida, caberá à C.M.L., mediante parecer social, decidir sobre a atribuição da casa de morada de família.

4.º

As situações acima referidas, em que se efectua a atribuição do fogo municipal, sob condição resolutiva, deverão ser revistas pela DGSBM ou pela GEBALIS.

5.º

Nos casos em estejam pendentes averiguações e subsistam fundadas dúvidas sobre o direito a realojamento de um agregado familiar e, cumulativamente, se verifique grande urgência na libertação do terreno onde se situa o alojamento a realojar, proceder-se-á ao realojamento da família sob condição resolutiva.

## CAPÍTULO VI

### *EXCLUSÃO TOTAL DE REALOJAMENTO*

1.º

Um agregado familiar poderá ser, totalmente, excluído do direito a realojamento quando:

- a) Nenhum dos seus elementos constar dos recenseamentos PIMP ou PER;
- b) Não faça prova, testemunhal e documental, de residência permanente no alojamento em causa à data dos referidos recenseamentos;
- c) Não resida permanentemente no alojamento, ou o mantenha fechado por mais de um ano; \*)
- d) Abandone o alojamento;
- e) Algum dos seus elementos possua habitação própria ou arrendada, tendo possibilidade legal de a ocupar, nos Concelhos enunciados no Despacho n.º 88/P/96, de 30 de Abril.
- f) Não tenha necessidade de residir em habitação social;
- g) Quando a resolução do seu problema habitacional ( realojamento/indemnização ) tenha sido assegurada por qualquer concelho da Área Metropolitana de Lisboa, ou outro, ou venha a sê-lo pelo facto de estar recenseado no PER desse concelho.

## CAPÍTULO VII

### EXCLUSÃO PARCIAL DE REALOJAMENTO

#### 1.º

Entende-se por exclusão parcial do direito a realojamento a situação em que parte do agregado familiar a realojar é excluído desse direito.

São fundamentos de exclusão parcial, todos os enunciados como passíveis de basear uma exclusão total do agregado.

#### 2.º

Sempre que se verifique uma situação de separação de facto ou de divórcio a Câmara Municipal de Lisboa apenas atribui um fogo a um dos elementos do casal.

#### 3.º

Sempre que um dos elementos do casal saia voluntariamente de casa, é apenas realojado o elemento que se manteve a residir no alojamento.

#### 4.º

No caso de saída de um dos elementos do casal, por motivo de força maior, ou no caso de coabitação litigiosa no mesmo alojamento (estejam ou não divorciados), proceder-se-á ao estudo social da situação, mediante a aplicação de uma grelha de análise, com vista a determinar qual dos elementos é o mais carenciado e, por conseguinte, aquele que terá direito a realojamento.

---

#### \*) Excepções à Falta de Residência Permanente :

- Em caso de força maior;
- Em caso de doença ( não crónica );
- Ausência por período não superior a dois anos, em cumprimento de deveres militares, ou no exercício de outras funções públicas, e bem assim, sem dependência de prazo, se a ausência resultar de comissão de serviço público, civil ou militar, por tempo determinado;
- Se no alojamento permanecerem o cônjuge ou parentes em linha recta do "titular" da ocupação, desde que com este vivam em economia comum há mais de um ano;
- Prisão;



## CAPÍTULO VIII

### INDEMNIZAÇÕES

#### 1.º

Entende-se por indemnização, no âmbito do PER, a atribuição de um montante equivalente à comparticipação adicional da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do PER-Famílias, a qual corresponde à tipologia a que o agregado teria direito se optasse por realojamento.

#### 2.º

São critérios de atribuição de indemnização todos os enunciados nos anteriores capítulos I, II e III.

#### 3.º

São critérios de exclusão de direito a indemnização todos os enunciados nos capítulos VI e VII.

#### 4.º

Os montantes das indemnizações no âmbito do PER são, anualmente, actualizadas por portaria ministerial.

#### 5.º

São, também, atribuídas indemnizações no âmbito do PIMP aos agregados recenseados naquele Plano de Intervenção, residentes em núcleos em que se decide atribuir indemnização PIMP, nomeadamente por a CML necessitar de terrenos ocupados, de acordo com os critérios estabelecidos no presente Capítulo.

#### 6.º

Nos núcleos PIMP em que não se aprove a atribuição de indemnização, nos termos do n.º 5, os ocupantes podem solicitar a atribuição de indemnização equivalente à atribuição no âmbito PER.

#### 7.º

Os montantes das indemnizações no âmbito do PIMP são os fixados no Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 25 de Novembro de 1992.

